



TRINTA ANOS DE CPLP: ENTRE O ENCANTO “DIPLORRAMÁTICO”¹ E AS PROMESSAS DE UMA COMUNIDADE AINDA INCOMPLETA

9 agosto 2026

Três décadas de existência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) revelam a sua utilidade enquanto espaço de concertação político-diplomática, mas também assimetrias acentuadas entre os seus membros e a incapacidade crónica de se converter num bloco económico dinâmico ou numa verdadeira comunidade de cidadãos.

O dia 17 de julho de 1996 foi o corolário de uma proposta do antigo embaixador brasileiro, em Portugal, José Aparício de Oliveira, quando, em 1989, promoveu e organizou o primeiro encontro diplomático, em São Luís do Maranhão, que lançou as bases práticas para a futura organização, que, na Sala do Mosaico do Palácio das Necessidades, em Lisboa, viu sete países assinarem a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A premissa era tão audaciosa quanto poética: transformar um idioma partilhado, herdado do complexo e doloroso processo colonial, num instrumento mo-

derno de concertação política, cooperação multilateral e aproximação humana entre vários continentes. Três décadas volvidas, ao atingir a sua maturidade institucional ao fim de 30 anos, a CPLP ostenta a vivacidade de quem sobreviveu ao ceticismo inicial, mas carrega o peso das suas próprias contradições estruturais. Se, no plano diplomático formal, a comunidade consolidou uma presença vocal no concerto das nações – respaldada hoje por nove Estados-membros e dezenas de Observadores Associados (ver Figura 1) –, a análise fria das suas realizações revela um quadro marcado pela assimetria. Por entre discursos solenes e cimeiras de Estado, a CPLP debate-se

entre dois polos: a utilidade inegável de ser um espaço de concertação político-diplomática e a incapacidade crónica de se converter num bloco económico dinâmico ou numa verdadeira comunidade de cidadãos (Pires, 2024).

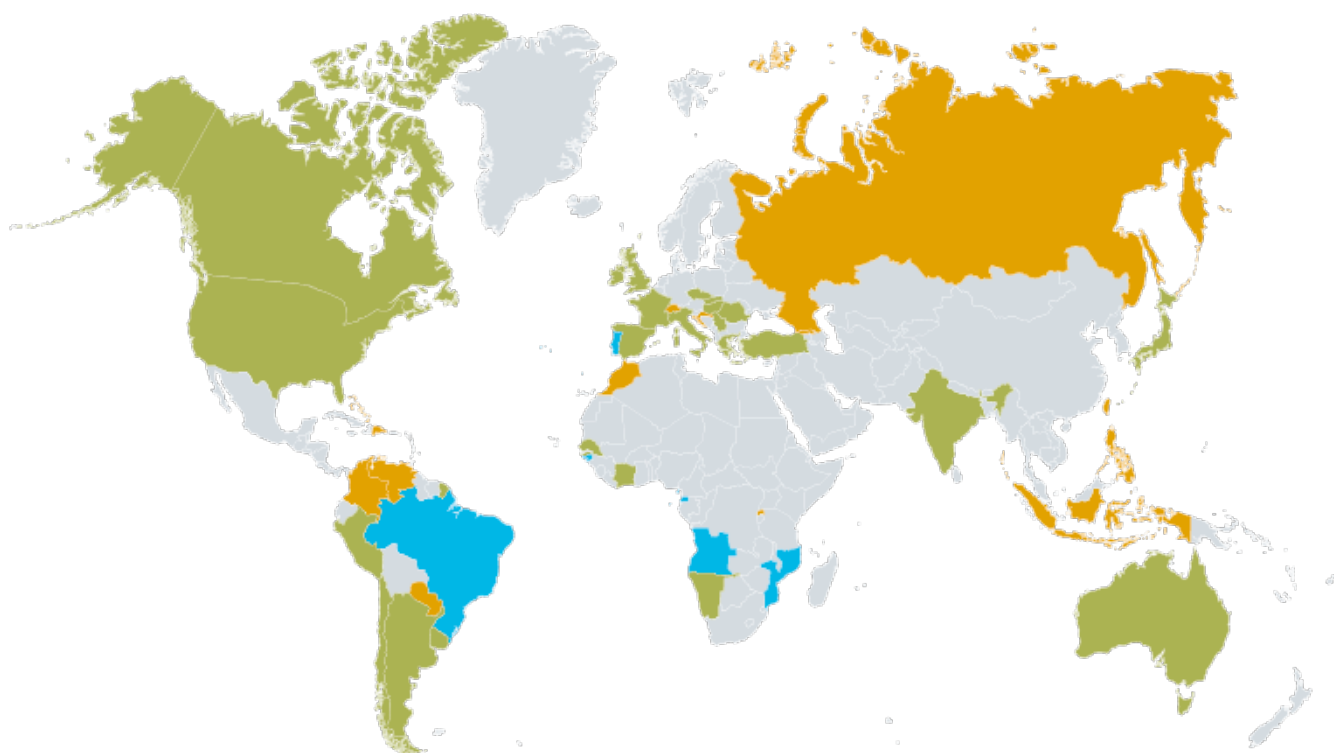
O pendor político: consolidação institucional *versus* défices democráticos

À primeira vista, o balanço político de três décadas aponta para a consolidação institucional. A CPLP provou ser um fórum eficaz para a concertação diplomática no sistema internacional. A coordenação de posições em órgãos multilaterais, como a Organização das

FIGURA 1. A CPLP NO MUNDO

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em mapas disponíveis na Wikipédia e em <https://www.cplp.org/>.

● Estados-membros ● Estados Observadores Associados ● Estados com interesse em aderir





CAIXA 1. SOBRE O NEOLOGISMO “DIPLORRAMÁTICO” E A NATUREZA DA LUSOFONIA

O neologismo *diplomramático*, que abre este ensaio, não nasce por mero capricho estético, mas pela necessidade de nomear uma realidade que a linguagem institucional habitualmente esconde. Ao longo de três décadas, a CPLP habituou-nos a uma permanente, digamos, “ópera geopolítica”: de um lado, a luz dos holofotes, os abraços fraternos entre chefes de Estado e as proclamações poéticas da língua comum (o pendor *diplomático*); do outro, os bastidores pontuados por golpes de Estado imprevisíveis, derivas autoritárias, burocracias sufocantes e dramas humanos de quem tenta simplesmente atravessar oceanos (o pendor *melodramático*). Reconhecer o carácter *diplomramático* da CPLP não procura ser uma crítica destrutiva, mas um ato de sinceridade intelectual. Só quando a comunidade decidir reduzir o melodrama da sua política interna e focar a sua diplomacia em resultados concretos para as pessoas reais é que a “lusofonia dos afetos” deixará de ser uma encenação de gala para se transformar numa verdadeira potência humana e económica.

CAIXA 2. OBSERVADORES ASSOCIADOS DA CPLP

A categoria de Observadores Associados da CPLP cresceu exponencialmente nas últimas duas décadas, contando hoje com mais de três dezenas de Estados e organizações internacionais. Esta adesão alargada demonstra o interesse geopolítico e económico que o espaço lusófono desperta à escala global. Estes Observadores Associados participam nos trabalhos da comunidade sem direito a voto, fortalecendo, porém, as pontes diplomáticas, culturais e comerciais. São os seguintes:

Europa: Espanha, França, Reino Unido, Alemanha, Itália, República Checa, Eslováquia, Hungria, Roménia, Sérvia, Geórgia, Grécia, Turquia, Luxemburgo, Andorra;

América: Canadá, Estados Unidos da América, Argentina, Chile, Peru, Uruguai (historicamente ligado ao Brasil e Portugal, tendo sido um dos primeiros países da América Latina a obter o estatuto de Observador Associado, logo na Cimeira de Díli, em 2014);

África: Senegal, Maurícia, Namíbia, Costa do Marfim;

Ásia e Médio Oriente: Índia, Japão, Qatar.

Nações Unidas (ONU), permitiu visibilidade a causas comuns e apoiou candidaturas históricas dos seus Estados-membros a organismos globais. Da mesma forma, a mediação em crises políticas passadas, como a transição política em Timor-Leste após o referendo de 1999, demonstrou que a solidariedade lusófona pode ter eficácia real na construção da paz e na afirmação da soberania. Contudo, a celebração do desenvolvimento político não pode mascarar os graves e persistentes estrangulamentos democráticos que habitam o seio da própria organização. A entrada da Guiné Equatorial, em 2014, sob controverso processo de adesão, permanece como uma mancha ética por resolver. Embora o país tenha cumprido a exigência formal de abolir a pena de morte no seu código penal, a realidade no terreno revela que o regime de Malabo continua a falhar rotundamente no respeito pelos direitos humanos fundamentais, na transparência governativa e na implementação de políticas sociais inclusivas (Amnistia Internacional, 2026a). A manutenção de um poder autocrático de matriz familiar

choca frontalmente com os princípios estipulados na Declaração Constitutiva da CPLP no que toca à promoção da democracia e do Estado de direito; que se pode sintetizar, e citando, indiretamente, Victória (2026), como estando presentes neste sentido:

A incoerência entre o discurso normativo e a prática real atinge o seu ponto crítico quando a comunidade tolera défices democráticos crónicos em nome do pragmatismo geopolítico e do acesso a recursos energéticos.

Paralelamente, a Guiné-Bissau encarna a fragilidade institucional mais aguda do espaço lusófono. Cercada por uma sucessão infindável de golpes de Estado, tentativas de “putsch” e períodos prolongados sob tutela militar ou autoritarismo velado, a república Bissau-guineense experiencia um estado de crise permanente (Amnistia Internacional, 2026b). A incapacidade da CPLP em estabilizar decisivamente a Guiné-Bissau demons-

tra os limites do seu modelo de intervenção: diplomático, brando e incapaz de impor sanções ou mecanismos de condicionalidade democrática eficazes. Ainda assim, a CPLP tomou uma iniciativa que, de certa forma, surpreendeu: em dezembro de 2025, suspendeu “a participação da República da Guiné-Bissau em todas as atividades da CPLP até à retoma da ordem constitucional” (Jornal de Angola, 2025; CPLP, 2025).

Recordemos que, desde 2003, a Amnistia Internacional tem acusado a Guiné-Bissau de “tortura, maus-tratos, intimidação, falta de segurança, detenção sem acusação, espancamentos ou repressão na sequência do golpe de Estado militar” (Amnistia Internacional, 2026b).

A dimensão social e a mobilidade: avanços formais num mar de promessas por cumprir

A transição da “CPLP dos Estados” para a “CPLP dos Cidadãos” tem sido o refrão mais repetido nas cimeiras da última década. Reconhecendo que uma comunidade sem pessoas é um mero exercício burocrático, os Estados-membros deram um passo audacioso com a assinatura do Acordo de Mobilidade de Luanda, em 2021 (CPLP, 2021).

Este instrumento legal abriu portas significativas: a simplificação da concessão de vistos de residência, o estabelecimento de canais prioritários para estudantes, académicos, empresários e agentes culturais, e a facilitação da fixação de residência em diversos Estados-membros, nomeadamente em Portugal. Para milhares de jovens e profissionais do espaço lusófono, o acordo traduziu-se em oportunidades reais de qualificação académica e inserção laboral.

Porém, para além desta conquista pontual, o panorama social da CPLP revela que quase tudo o resto permanece por fazer, como recorda o antigo embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Seixas da Costa, em entrevista à agência Lusa, em setembro de 2024, reproduzida pelo jornal Folha 8 (Lusa, 2024). A mobilidade, embora facilitada no papel, esbarra diariamente na sobrecarga dos serviços consulares, na falta de habitação acessível e na ausência de mecanismos integrados de acolhimento social.

Em setores decisivos como a educação, a saúde pública e a proteção social, a cooperação ainda peca pela fragmentação:

- **Reconhecimento de graus e qualificações académicas:** as barreiras burocráticas para o reconhecimento de diplomas universitários e profissionalizantes entre os países membros continuam a paralisar o talento de milhares de graduados lusófonos.
- **Sistemas de saúde pública:** não existem redes transnacionais eficientes de prestação de cuidados de saúde ou de resposta conjunta a emergências sanitárias endémicas.
- **Direitos laborais e proteção social:** os trabalhadores migrantes dentro do espaço da CPLP frequentemente enfrentam precarização e desproteção social, dada a falta de portabilidade plena dos seus descontos e sistemas de reforma.

Se nos domínios do desporto jovem (como os Jogos da CPLP) e do intercâmbio cultural existe uma saudável vivacidade orgânica, a dimensão social ampla da comunidade continua a ser mais um catálogo de intenções do que uma realidade sentida pelas populações mais vulneráveis do espaço lusófono.

O pilar económico: o grande elo perdido do espaço lusófono

Se a política é oscilante e o social é incompleto, o vetor económico representa a maior lacuna histórica dos 30 anos da CPLP. Num sistema internacional dominado pela formação de blocos geoeconómicos integrados, a CPLP continua sem conseguir traduzir a proximidade linguística e afetiva em fluxos significativos de comércio, investimento e integração de cadeias de valor.

A razão para esta paralisia reside em constrangimentos estruturais profundos:

- **Heterogeneidade e distância geográfica:** os nove Estados-membros pertencem a áreas de integração regional concorrentes e prioritárias. Portugal responde ao Mercado Único da União Europeia; o Brasil está ancorado no Mercosul; Angola, Moçambique, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe articulam-se com as comunidades regionais da África Austral e Central (SADC e a CEEAC); a Guiné-Bissau integra a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Timor-Leste caminha para a integração plena na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). As regras destas organizações regionais sobrepõem-se e restringem a criação de um eventual espaço de livre-comércio na CPLP.

- **Ausência de ferramentas financeiras multilaterais:** ao contrário de outras organizações internacionais, a CPLP nunca criou um Banco de Desenvolvimento Lusófono ou um fundo de investimento estruturado capaz de financiar infraestruturas transcontinentais, conectividade marítima ou transição energética.
- **Assimetrias de desenvolvimento:** as disparidades de Produto Interno Bruto (PIB), capacidade industrial e maturidade financeira entre países como o Brasil ou Portugal e economias mais frágeis inviabilizam modelos tradicionais de reciprocidade económica sem mecanismos pesados de compensação que a CPLP não possui.

Os Exercícios FELINO e a ação do CAE/CPLP demonstram que, quando se delimitam objetivos operacionais claros de cooperação técnico-militar, a CPLP consegue ultrapassar as barreiras geográficas e burocráticas que encravam outros setores.

O comércio intra-CPLP representa uma fração marginal do comércio externo total dos seus Estados-membros. A comunidade continua a operar como um somatório de trocas bilaterais pontuais – focadas principalmente no setor extrativo e energético – em vez de um mercado lusófono articulado. Num mundo pós-globalizado e multipolar, a incapacidade de criar uma vertente económica robusta ameaça reter a CPLP para uma irrelevância estratégica no cenário geopolítico global.

A componente de defesa e segurança: a cooperação silenciosa, mas funcional

Se a vertente económica permanece como uma promessa por cumprir e o diálogo político oscila ao sabor das crises internas, a cooperação no domínio da defesa e segurança destaca-se como um dos capítulos mais sólidos e estruturados da história da CPLP. Longe dos holofotes mediáticos e da retórica das cimeiras

presidenciais, a vertente militar da comunidade conseguiu edificar mecanismos práticos de coordenação que conferem substância à cooperação multilateral.

No centro desta arquitetura, destaca-se o Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP), sediado em Maputo, Moçambique. Criado em 2003, o CAE/CPLP atua como o órgão de investigação, reflexão e apoio à decisão da componente de defesa da comunidade. Através da elaboração de estudos prospetivos, da análise de riscos geopolíticos e da monitorização de ameaças transnacionais – como a pirataria marítima no Golfo da Guiné, o terrorismo no norte de Moçambique ou o tráfico internacional –, o centro de Maputo provou ser um verdadeiro *think tank* militar lusófono, vital para a leitura conjunta das dinâmicas de segurança nos Oceanos Atlântico e Índico.

Paralelamente, a dimensão operacional desta aliança encontra a sua expressão máxima na série de Exercícios FELINO. Iniciados no ano 2000, estes exercícios militares conjuntos – que alternam anualmente entre o formato de Posto de Comando e o formato de Forças no Terreno (LIVEX) – reúnem contingentes das Forças Armadas de todos os Estados-membros. O seu objetivo principal é a interoperabilidade tática e doutrínaria das tropas no âmbito de Operações de Apoio à Paz e de Assistência Humanitária.

Os Exercícios FELINO e a ação do CAE/CPLP demonstram que, quando se delimitam objetivos operacionais claros de cooperação técnico-militar, a CPLP consegue ultrapassar as barreiras geográficas e burocráticas que encravam outros setores.

Esta matriz de cooperação em matéria de defesa revelou-se decisiva em cenários reais: desde a formação militar e capacitação de quadros até ao apoio em missões de resposta a catástrofes naturais e segurança marítima. A diplomacia militar lusófona é, assim, a prova de que a comunidade possui capacidade técnica de articulação, bastando para tal que exista vontade política semelhante nos restantes domínios da vida comunitária.

O mosaico das realizações: um balanço país a país

Apesar das insuficiências sistémicas, cada um dos nove Estados-membros tem procurado trazer contributos singulares para a construção e manutenção do

FIGURA 2. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS NO ÂMBITO DA CPLP

Fonte: Elaborado pelo autor.

País	Maior realização e contributo estratégico na CPLP
Angola	Liderança no pilar da mobilidade (Cimeira de Luanda 2021) e mediação de conflitos regionais.
Brasil	Projeção global da Língua Portuguesa, diplomacia cultural e cooperação técnica agrícola/sanitária.
Cabo Verde	Referência de estabilidade democrática, impulsionador da cidadania e da economia Azul.
Guiné-Bissau	Preservação da identidade cultural lusófona e resiliência social perante a instabilidade.
Guiné Equatorial	Formalização do Português e compromisso legal com a abolição da pena de morte.
Moçambique	Ponto focal da cooperação em segurança marítima e liderança nas energias de transição.
Portugal	Nó de articulação com a União Europeia, acolhimento da Sede e centro de atração universitária.
São Tomé e Príncipe	Diplomatização da sustentabilidade ambiental e preservação da biodiversidade insular.
Timor-Leste	Ponte estratégica com o Sudeste Asiático (ASEAN) e modelo de solidariedade lusófona.

projeto comunitário. A Figura 2 sintetiza as principais realizações e os papéis de relevo desempenhados por cada país ao longo destas três décadas.

Analisemos com maior detalhe a participação de cada um dos Estados-membros, com base na figura mencionada.

Angola: o motor político e financeiro do Sul

Angola afirmou-se como um dos pilares mais assertivos da organização. A sua maior conquista dentro do espaço comunitário foi a capacidade de liderar a viragem de página na mobilidade, ao acolher a Cimeira de Luanda, em 2021. Além disso, a diplomacia angolana tem utilizado a CPLP como uma plataforma de projeção de poder regional, investindo em ações de pacificação no continente africano e financiando iniciativas de capacitação institucional dentro da comunidade. Foi graças a uma forte intervenção diplomática do governo de Luanda que a Guiné Equatorial entrou para a CPLP.

Brasil: a superpotência cultural e a cooperação Sul-Sul

O Brasil representa o peso demográfico e económico esmagador do mundo lusófono. A sua principal realização dentro da CPLP reside na cooperação técnica horizontal. Através de instituições como a EMBRAPA (pesquisa agropecuária) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, na área da saúde), o Brasil transferiu tecnologia vital para os parceiros africanos. Além disso, a produção cultural brasilei-

ra (da literatura à teledramaturgia) foi o maior veículo de difusão e valorização da língua portuguesa no espaço global.

Cabo Verde: a capitania da democracia e da cidadania

Cabo Verde é, frequentemente, visto como a reserva moral da CPLP. Apesar da sua pequena dimensão territorial, o arquipélago sobressaiu-se como o motor conceptual do Acordo de Mobilidade. Com uma democracia exemplar e alternância política consolidada, Cabo Verde tem sido a ponte ideal entre África, Europa e América, demonstrando que a boa governação e a diplomacia do conhecimento podem ter mais peso do que a dimensão geográfica. Acresce que Cabo Verde acolhe o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cujo principal papel é promover a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais.

Guiné-Bissau: a vivacidade cultural no centro da adversidade

Mesmo num contexto de profunda turbulência política interna e da forte projeção da francofonia, a Guiné-Bissau ofereceu à CPLP uma contribuição cultural inestimável. A sua juventude, a vitalidade da sua literatura e música, e a riqueza do ecossistema do arquipélago dos Bijagós posicionam o país como um nó essencial da biodiversidade e do património imaterial

lusófono. A persistência da sua sociedade civil no projeto comunitário é uma prova de confiança na ideia de lusofonia.

Guiné Equatorial: o desafio da integração regional

A entrada da Guiné Equatorial, em 2014, pela X Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Díli, Timor-Leste, foi motivada pelo desejo de diversificação diplomática do regime. A sua realização mais tangível foi a alteração legislativa que levou à abolição formal da pena de morte, um compromisso assumido perante os pares da CPLP. Todavia, a sua integração plena continua dependente de avanços genuínos no ensino do português e no respeito pelas liberdades civis, que continuam muito longe de acontecer (Amnistia Internacional, 2026a; Carlos, 2026).

Moçambique: estratégia marítima e transição energética

A “Princesa do Índico” desempenha um papel fulcral na geopolítica do Oceano Índico. A sua cooperação com os parceiros da CPLP na formação de forças de segurança e no combate ao terrorismo em Cabo Delgado evidenciou a relevância do pilar de defesa e segurança da comunidade. Com as suas imensas reservas de gás natural, Moçambique posiciona-se como um ator importante para a futura segurança energética do espaço lusófono.

Portugal: a sede e a ponte euro-lusófona

Portugal funcionou historicamente como o conector institucional da CPLP. Ao acolher a sede do Secretariado Executivo em Lisboa, o país garantiu a continuidade administrativa da organização. A sua maior realização foi atuar como defensor constante dos interesses dos países de língua portuguesa junto das instituições da União Europeia, facilitando o acesso a fundos de desenvolvimento e promovendo o estatuto internacional do português.

São Tomé e Príncipe: o laboratório da economia azul e da ecologia

São Tomé e Príncipe transformou a sua insularidade numa vantagem conceptual. O país tem liderado os debates na CPLP sobre a preservação dos oceanos, a economia azul e a adaptação às alterações climáticas. A sua capacidade de mediar consensos e a sua estabilidade política interna fazem do arquipélago um símbolo da diplomacia ambiental na lusofonia.



Timor-Leste: a resiliência e o portal para o Pacífico

Timor-Leste, ou Timor Lorosae, é o testemunho vivo do poder da solidariedade lusófona. Libertado do domínio ocupacional indonésio na viragem do milénio, o país adotou o português como língua oficial, a par do tétum, num gesto de afirmação de identidade. A sua maior conquista foi a construção de uma democracia vibrante no Sudeste asiático, servindo hoje como a ponte geopolítica da CPLP com o bloco económico da ASEAN.

Conclusão: três cenários para o futuro da CPLP

Aos trinta anos, a CPLP encontra-se numa encruzilhada histórica. O romantismo fundador esgotou-se; os desafios do século XXI exigem pragmatismo, resultados mensuráveis e utilidade direta para os cerca de 290 milhões de cidadãos que habitam o espaço lusófono.

O balanço destas três décadas revela uma organização de contrastes acentuados: se, no plano externo, a CPLP consegue ser uma voz política audível, internamente continua vulnerável, socialmente incompleta e economicamente incipiente, salvando-se a cooperação estruturada em matéria de defesa como a sua dimensão mais funcional.

Para os próximos anos, vislumbram-se três caminhos possíveis para a organização:

1. *O cenário do “status quo” (ou irrelevância progressiva):* a comunidade mantém-se como um clube diplomático simpático e um fórum de exercícios militares pontuais, produzindo declarações solenes e cimeiras dispendiosas, mas permanecendo incapaz de resolver as dores sociais dos seus povos ou de criar laços económicos relevantes;
2. *O cenário da fragmentação:* as pressões geoeconómicas regionais (UE, ASEAN, Mercosul, ORA – “organizações regionais africanas”) e a instabilidade política interna em determinados Estados suplantam o interesse na lusofonia, reduzindo a CPLP a uma mera agência de promoção linguística e a uma plataforma residual de cooperação militar;
3. *O cenário da refundação pragmática (o desejável):* a CPLP aproveita a eficácia demonstrada no pilar da defesa e segurança para contagiar as restantes

áreas, instituindo mecanismos vinculativos de condicionalidade democrática, criando um fundo financeiro comunitário para investimento em infraestruturas e transformando o Acordo de Mobilidade numa verdadeira cidadania lusófona plena.

A língua portuguesa é uma das poucas línguas verdadeiramente globais do planeta. Todavia, um idioma comum é apenas o alicerce. A construção do edifício exige vontade política, investimento económico e, acima de tudo, um compromisso inegociável com os direitos humanos e a dignidade das pessoas. Sem isso, a CPLP arrisca-se a ser lembrada não como a grande ponte transcontinental do século XXI, mas como uma bela oportunidade perdida, como um “elefante branco”.

E, para finalizar, por parecer importante, há dois pontos que não devem ser menosprezados. Um, tendo em conta as novas variantes geopolíticas e citando Artur Victória (2026) sobre a adaptação dos países às novas realidades, como se espera da CPLP e dos seus Estados-membros, que sejam capazes de aprender, reformar, coordenar e integrar transformações tecnológicas, políticas, económicas e de segurança. Outro, uma observação do então Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, sobre como a CPLP deve olhar, também e em particular, para os jovens:

“A CPLP deve não só trabalhar para a sua sustentabilidade, como dar-lhes mais e mais rápida voz ativa, participação nas cimeiras, em cimeiras suas entre as nossas, na atrasada formalização do seu fórum, mas sobretudo na transformação da sua vida e do seu papel comunitário, feito de qualificação, emprego, condições sociais, intercâmbio, mais acelerada mudança geracional” (Lusa, 2024).

Só assim a CPLP e os Estados-membros poderão estar em melhor posição para preservar a soberania estratégica e gerar influência a longo prazo do que os Estados e as organizações multilaterais, em geral, que dependem exclusivamente de medidas convencionais de poder. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.17>

Nota

¹ Diplomático: *neol.* Fusão conceptual entre diplomacia e melodrama (ou dramático). Designa o estilo de governação multilateral caracterizado pela convivência paradoxal entre a elevada solenidade dos protocolos diplomáticos e os sobressaltos, crises ou encenações de forte intensidade dramática que marcam a vida política real dos seus intervenientes (ver Caixa 1).

Referências

- Amnistia Internacional (2026a). *Equatorial Guinea*. Report 2025/26, 21.04.2026. <https://www.amnesty.org/en/location/africa/west-and-central-africa/equatorial-guinea/report-equatorial-guinea/>
- Amnistia Internacional (2026b). *Guinea-Bissau*. Report 2025/26, 21.04.2026. <https://www.amnesty.org/en/location/africa/west-and-central-africa/guinea-bissau/>
- Amnistia Internacional (2026c). *The State of the World's Human Rights: April 2026*. Report 2025/26, 21.04.2026. <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/0320/2026/en/>
- CAE/CPLP (s.d.). Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (página Web). <https://caecplp.co.mz/>
- Carlos, J. (2026). Guiné Equatorial: “Temos vários casos de ativistas presos sem julgamento”. *DW online*, 20.07.2026. [https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-equatorial-temos-v%C3%A1rios-casos-de-ativistas-presos-sem-julgamento/a-78037617?&maca=pt-002](https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-equatorial-temos-v%C3%A1rios-casos-de-ativistas-presos-sem-julgamento/a-78037617?)
- CPLP (2021). Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-membros da CPLP. *CPLP – XVII Conferência de Chefes de Estado e de Governo*, Luanda, 16.07.2021. https://www.cplp.org/Files/Filer/1_CPLP/XVII-CCEG/PR4_Mobilidade_CPLP.pdf
- CPLP (2023). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Resolução sobre a Revisão dos Estatutos. *CPLP – XVI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros*, Luanda, 27.03.2023. https://www.cplp.org/media/e23bn0a0/r2_res_rev_estatutos_2023_aprovado_.pdf
- CPLP (2025). Resolução sobre a suspensão da participação da Guiné-Bissau nas atividades da CPLP. *CPLP – I Conferência Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo*, 16.12.2025. https://secretariadoexecutivo.cplp.org/media/rno12ed/resolucao-sobre-a-suspensao-da-guine-bissau-da-cplp_-i-cceg-ext-cplp_16-12-2025.pdf
- CPLP (s.d.). Exercícios Felino. *CPLP – Defesa* (página Web). <https://defesa.cplp.org/atuuacao/formacao-e-treino/exercicio-felino/>
- CPLP (s.d.). Mobilidade, Circulação e Cidadania. *CPLP – Organização* (página Web). <https://www.cplp.org/organizacao/mobilidade-circulacao-e-cidadania/>
- Jornal de Angola (2025). CPLP suspende Guiné-Bissau de todas as atividades da organização. *Jornal de Angola*, 17.12.2025. <https://www.jornaldeangola.ao/noticias/1/pol%C3%ADtica/654655/cplp-suspende-guin%C3%A9-bissau-de-todas-as-atividades-da-organiza%C3%A7%C3%A3o>
- Lusa (2024). CPLP não funciona. *Folha 8*, 27.09.2024. <https://jornalf8.net/2024/cplp-nao-funcional/>
- Pinto, José F. (2016). *Da CPLP à Comunidade Lusófona*. Paper apresentado à Conferência, Academia das Ciências de Lisboa, fevereiro de 2016. ISBN: 978-972-623-304-6. https://www.researchgate.net/publication/323369943_Da_CPLP_a_Comunidade_Lusofona#fullTextFileContent
- Pires, Carlos M. V. (2024). *The Lusophone world as an economic bloc: Institutional dynamics and pathways to strengthened economic cooperation*. (Dissertação de Mestrado). International Development and Public Policy; NOVA School of Business and Economics. <http://hdl.handle.net/10362/181624>
- Victória, A. (2026). *Adaptive Power: A Theory of Strategic Evolution for National Security, Defence and Geopolitics*. CEPEN Publishing.